

A HOMOPARENTALIDADE NA PERSPECTIVA DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Paula Xavier, Francisco Mendes, Emília Martins e Rosina Fernandes

Instituto Politécnico de Viseu/Escola Superior de Educação – Viseu/Portugal

paulaxavier@esev.ipv.pt

Pretendeu-se com este estudo analisar a opinião de estudantes do Ensino Superior (N=115) relativamente à homoparentalidade, através da aplicação de um questionário. Verificou-se que a maioria dos sujeitos (66%) revela uma posição de desacordo relativamente à igualdade de circunstâncias entre homossexuais e heterossexuais no que diz respeito ao exercício da parentalidade, registando-se diferenças significativas no género, com o masculino menos receptivo a essa igualdade ($U=654$; $p=0,001$), assim como estudantes de Desporto e Actividade Física, em comparação com os do curso de Educação Social ($U=976,5$; $p=0,010$). O mesmo não aconteceu nas V.I. Idade e Urbanidade. A partir dos resultados são tecidas considerações relativas às responsabilidades das instituições do Ensino Superior neste tema.

Palavras-chave: homoparentalidade; posicionamento de estudantes do Ensino Superior; responsabilidades das instituições do Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

A homoparentalidade, ou o exercício da parentalidade por pessoas com orientação homossexual, é um tema que tem motivado múltiplas reflexões, sobretudo a que se prende com a (in)adequação destes indivíduos para o desempenho desse papel.

Na literatura encontra-se um conjunto de preocupações levantadas neste âmbito, como é o caso daquelas que remetem para a esfera do funcionamento pessoal, ao associar-se homossexualidade a doença mental ou à eventualidade de as mulheres lésbicas serem menos “maternais” do que as heterossexuais, bem como a possibilidade de nos relacionamentos destas pessoas não haver tempo para investir nos filhos (Paige, 2005). A par destas verificam-se os receios relacionados com a adaptação das crianças, tais como um risco acrescido de desenvolverem perturbações psicológicas e de comportamento, de experimentarem dificuldades no relacionamento interpessoal devidas à estigmatização social ou de estarem mais expostos a situações de abuso sexual por parte dos pais, seus companheiros e amigos (Long, 1996; Paige, 2005).

Passando agora para o plano empírico, em 2004, a American Psychological Association (APA) (Paige, 2005), com base numa revisão de estudos realizados neste domínio, veio afirmar que não existe evidência científica que sustente a ideia de que as pessoas homossexuais não são competentes para o exercício da parentalidade, considerando a sua orientação sexual. Pelo contrário, os estudos apontam para o facto destes pais serem tão capazes como as pessoas com orientação heterossexual de criar ambientes saudáveis para os seus filhos e que o desenvolvimento, ajustamento e bem-estar dos mesmos não se distinguem de modo significativo do das crianças educadas em famílias heteroparentais. Também a partir de uma revisão de estudos, a Associação Americana de Pediatria (Perrin & Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health, 2002) refere que o desenvolvimento bem sucedido das crianças e adolescentes parece ser mais influenciado pela qualidade do funcionamento e relações do sistema familiar, do que pela sua estrutura particular, nomeadamente, e neste caso, pela orientação sexual dos pais. Por seu turno, Bayle, Bobrow, Wolfe e Mickach (1995) verificaram num estudo que 91% dos filhos de pais com orientação homossexual se diziam heterossexuais.

Apesar das evidências, não deve ser ignorada a eventualidade destas crianças e adolescentes, à semelhança dos seus progenitores, terem de enfrentar alguns desafios resultantes da atitude heterossexista da sociedade (Alarcão, 2006; Gato, Fontaine, & Carneiro, 2010). Como refere Ferreira (2006) “a opinião pública não evolui ao mesmo ritmo” da investigação (p. 65). Neste sentido, segundo dados do Eurobarómetro (2008), 65% dos portugueses consideram que a discriminação com base na orientação sexual se encontra disseminada no país. Na questão da parentalidade, os dados disponíveis apontam para o facto de apenas 19% dos portugueses concordarem com a autorização da adopção por casais homossexuais, em comparação com os 32% do total de cidadãos da União Europeia (Eurobarómetro, 2006). A investigação refere ainda que são os sujeitos do sexo masculino quem apresenta níveis mais elevados de preconceito contra as pessoas homossexuais, inclusive em estudos realizados com estudantes do ensino superior (Gato, Leme, & Leme, 2010). Apesar disto, Ferreira (2003), no âmbito do *European Values Study* verifica uma evolução na aceitação da homossexualidade, sobretudo em sujeitos mais jovens e com níveis mais elevados de instrução.

O presente estudo teve como objectivos: (1) conhecer a opinião de uma amostra de estudantes do ensino superior relativamente ao exercício da parentalidade por pessoas com orientação homossexual; (2) conhecer as razões/preocupações subjacentes ao seu posicionamento; (3) analisar os efeitos do género e idade, explorando ainda os efeitos do curso frequentado e da urbanidade/proveniência (aldeia ou cidade), na sua opinião.

METODOLOGIA

1. Amostra

A amostra foi de conveniência, tendo sido definido como critério único de inclusão a frequência de um curso no Ensino Superior. Foi constituída por 115 sujeitos que apresentavam as características constantes do Quadro 1.

Quadro 1 - Caracterização da amostra

Variável	Nível	N	%	Média	DP
Género	Masculino	27	25		
	Feminino	81	75		
Curso	ES	78	69		
	DAF	35	31		
Idade	Mais novos	66	59	24	8.6
	Mais velhos	46	41		
Urbanidade	Aldeia	56	50		
	Vila/Cidade	56	50		

2. Variáveis

Independentes

Género: Masculino e Feminino.

Idade: a variável foi dicotomizada utilizando como idade de corte os 21 anos.

Curso: Educação Social (ES) e Desporto e Actividade Física (DAF).

Urbanidade: os sujeitos foram distribuídos por dois grupos, nomeadamente, *i)* provenientes de aldeias e *ii)* provenientes de vilas e cidades.

Dependentes:

Score relativo ao exercício da parentalidade por pessoas homossexuais.

Scores individuais obtidos em afirmações sobre preocupações relativas à homoparentalidade.

Tratando-se de uma escala tipo Likert, agregaram-se ainda todas as respostas anteriores num score global que mede a intensidade da não-aceitação do exercício da parentalidade por pessoas homossexuais (ressalve-se que apenas responderam a esta parte do questionário os sujeitos que desde logo manifestaram o seu desacordo nesta matéria).

As variáveis dependentes foram medidas através de uma escala com os seguintes níveis:

- 1 – Discordo Totalmente
- 2 – Discordo
- 3 – Concordo
- 4 – Concordo Totalmente

Quanto aos sujeitos que se mostraram concordantes na primeira variável, foi-lhes pedido que indicassem, numa questão de resposta aberta, as razões para o seu posicionamento. Atendendo ao número de sujeitos em questão (39) apenas foi feita uma análise descritiva dos dados obtidos após a codificação das respostas.

3. Instrumento

Para a realização deste estudo foi construído um instrumento de auto-resposta composto por quatro secções: *i)* questionário de caracterização sócio-demográfica (idade, género, curso, urbanidade/proveniência); *ii)* uma questão que, desde logo, segmentava os respondentes em duas categorias: os que não concordam que deve existir uma igualdade de circunstâncias, no que diz respeito ao exercício da parentalidade, entre pessoas com orientação homossexual e heterossexual [“Discordo Totalmente” (1) e “Discordo” (2)] e os que concordam [“Concordo” (3) e “Concordo Totalmente” (4)]; *iii)* uma questão de resposta aberta a solicitar a apresentação de razões para a concordância (num total de quatro); e *iv)* um conjunto de afirmações construídas com base em preocupações relativas à homoparentalidade, de acordo com a literatura (Long, 1996; Paige, 2005), relativamente às quais era solicitado aos sujeitos discordantes em *ii)* que tomassem uma posição numa escala de resposta de 4 pontos [“Discordo Totalmente” (1) a “Concordo Totalmente” (4)]. Essas afirmações, num total de dez, remetiam para aspectos relacionados com os pais (e.g., “As pessoas homossexuais não deveriam tornar-se pais porque têm problemas psicológicos”), crianças (e.g., “O facto de crescer com dois pais ou duas mães influencia de modo negativo o bem-estar psicológico de uma criança”) e ainda para a questão da adopção por casais homossexuais (“O Estado não deveria permitir a adopção a casais homossexuais que reúnam as condições exigidas a todos os outros candidatos a adopção”).

Foi feito um pré-teste com o propósito de avaliar/corrigir a inteligibilidade das questões bem como eventuais ambiguidades de interpretação.

O instrumento apresenta validade de conteúdo.

4. Procedimentos

O questionário foi administrado em contexto de sala de aula, tendo os sujeitos sido informados do objectivo e natureza voluntária da sua participação no estudo, bem como da confidencialidade e anonimato das suas respostas. Sempre que necessário, foram prestados esclarecimentos adicionais.

5. Análises estatísticas

As respostas obtidas na secção *iii)* do questionário foram tratadas mediante a realização de uma análise de conteúdo. Desta forma, começou-se por definir cada razão apontada pelos participantes como a unidade de análise a considerar e depois procedeu-se à classificação destas unidades em categorias, estabelecidas a partir dos dados. No que concerne à fiabilidade deste processo, procedeu-se a uma análise intra-codificador mediante a realização da codificação em dois momentos distintos. Os dados obtidos foram alvo de tratamento estatístico descritivo.

Quanto aos dados das secções *ii)* e *iv)* do questionário, para além das análises descritivas, procedeu-se ainda ao teste de hipóteses para verificar o efeito das variáveis independentes sobre o posicionamento dos sujeitos. Nesse sentido, depois de avaliadas a homogeneidade das variâncias e a normalidade da distribuição das variáveis dependentes, tendo em conta a dimensão da amostra, realizaram-se testes *t-Student* para amostras independentes e *U* de Mann Whitney, conforme a qualidade dos dados.

Os dados foram analisados com recurso ao software estatístico SPSS (versão 18 PASW). O grau de confiança é de 95%, valor de referência do quadro dos estudos desenvolvidos na Área das Ciências Sociais e Humanas.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

De acordo com o Quadro 2, a maioria dos sujeitos (66%) revelou uma posição de desacordo relativamente à igualdade de circunstâncias entre homossexuais e heterossexuais no que diz respeito ao exercício da parentalidade, o que, de um modo geral, seria expectável tendo em conta os dados anteriormente apresentados na revisão da literatura.

Quadro 2 – *Frequências do posicionamento relativamente à igualdade de circunstâncias entre homossexuais e heterossexuais no que diz respeito ao exercício da parentalidade*

Nível	F	%	% Acumulada
Discordo Totalmente	13	11,5	11,5
Discordo	61	54,0	65,5
Concordo	32	28,3	93,8
Concordo Totalmente	7	6,2	100,0
Total	113	100,0	

No sentido de aprofundar a análise dos resultados interessa agora perceber os contrastes no posicionamento gerados pelos diferentes níveis das variáveis independentes consideradas neste estudo.

Quadro 3 – Médias e desvios-padrão no posicionamento relativamente à igualdade de circunstâncias entre homossexuais e heterossexuais no que diz respeito ao exercício da parentalidade em função do Género, Curso, Idade e Urbanidade

Variável	Nível	N	Média	DP	U	p
Género	Masculino	27	1,89	0,58	654,0	0,001
	Feminino	80	2,45	0,76		
Curso	ES	77	2,40	0,75	976,5	0,010
	DAF	35	2,00	0,64		
Idade	Mais novos	66	2,35	0,71	1296,000	0,207
	Mais velhos	45	2,20	0,76		
Urbanidade	Aldeia	56	2,21	0,62	1384,5	0,308
	Vila/Cidade	56	2,38	0,85		

Como se observa no Quadro 3, os resultados obtidos, quer pelos sujeitos femininos, quer pelos masculinos, revelaram essa posição de desacordo, o que se evidencia a partir dos valores médios obtidos por ambos os grupos (Masculino $1,89 \pm 0,58$ e Feminino $2,45 \pm 0,76$), situando-se os femininos entre os níveis “Discordo” e “Concordo”, por contraponto aos masculinos que se situam na área da discordância entre o nível “Discordo Totalmente” e o “Discordo”. Estes resultados foram confirmados por diferenças estatisticamente significativas, com o masculino menos receptivo à igualdade ($U=654$; $p=0,001$), e parecem indicar que também nesta matéria se verifica a tendência destes sujeitos para revelarem níveis mais elevados de preconceito (Gato, Leme, & Leme, 2010).

O mesmo aconteceu relativamente à variável Curso (ES $2,40 \pm 0,75$ e DAF $2,00 \pm 0,64$), com DAF menos aberto a essa igualdade ($U=976,5$; $p=0,010$).

Nas variáveis Idade e Urbanidade não se verificaram diferenças estatisticamente significativas.

No que diz respeito às razões para a concordância, a análise de conteúdo apurou um total de onze categorias. Tal como se pode verificar no Quadro 4, as razões apontadas pelos sujeitos enquadraram-se nas conclusões gerais da literatura revista na primeira parte deste trabalho, remetendo, grosso modo, para o ajustamento de pais e filhos como sendo independentes da orientação sexual dos primeiros (Paige, 2005). Comparativamente com as restantes, as categorias *orientação sexual não determina a (in)adequação para o exercício da parentalidade e direito à parentalidade/igualdade de direitos* evidenciaram-se como as mais importantes, tendo sido referidas pela maioria dos 39 sujeitos que manifestaram o seu acordo nesta matéria (69,2% e 59,0%, respectivamente). Sublinhe-se ainda a categoria *necessidade de combater a discriminação* que, apesar da sua menor representatividade (7,7%), não deixa de ser importante na medida em que reflecte

uma salvaguarda compreensível, se atendermos à atitude heterossexista da sociedade (Alarcão, 2006; Gato, Fontaine, & Carneiro, 2010).

Quadro 4 – *Frequências das categorias das razões para a concordância com a igualdade de circunstâncias entre homossexuais e heterossexuais no que diz respeito ao exercício da parentalidade (N=39) (cada sujeito podia indicar quatro razões)*

Categorias	F (%)
Orientação sexual não determina a (in)adequação para o exercício da parentalidade.	27 (69,2%)
Direito à parentalidade/igualdade de direitos.	23 (59,0%)
Homoparentalidade como uma mais-valia para algumas crianças (e.g., “aquelas sem família”).	6 (15,4%)
Semelhanças entre homossexuais e heterossexuais (e.g., “cidadãos normais”; “problemas idênticos”).	5 (12,8%)
Orientação sexual deve ser respeitada.	5 (12,8%)
Mediante condições (e.g., “capacidades psíquicas”; “para receber as crianças”).	4 (10,3%)
Família como um direito das crianças (independentemente da orientação sexual dos pais).	3 (7,7%)
Necessidade de combater a discriminação (de que podem ser alvo as crianças).	3 (7,7%)
Os pais não determinam a orientação sexual dos filhos (e.g., “pais heterossexuais criam filhos homossexuais”).	3 (7,7%)
Semelhanças entre crianças educadas por homossexuais e heterossexuais.	1 (2,6%)
Outras formas de família onde as figuras parentais também são do mesmo sexo.	1 (2,6%)

Examinando agora o posicionamento dos sujeitos discordantes (n=76), tal como podemos verificar na Figura 1, distinguem-se os itens que remetem para a *influência negativa no bem-estar psicológico das crianças* e para as *atitudes discriminatórias da sociedade*, ambos com valores médios superiores a 3 (num universo de 1 – “Discordo Totalmente” a 4 – “Concordo Totalmente”), como aqueles que mais parecem pesar na sua opinião, logo seguidos da preocupação com a *rejeição pelos pares*. O primeiro dado não é consistente com os resultados da investigação (e.g., Paige, 2005), já os outros dois, mais uma vez, parecem remeter para a noção que os participantes têm das atitudes da sociedade perante estas pessoas e famílias.

Comparativamente, e em conformidade com a literatura, itens respeitantes ao funcionamento dos pais como pessoas e como progenitores registaram resultados médios mais baixos, situados na área do “Discordo” (e.g., *problemas psicológicos* e *pouco tempo para a relação com filhos*), assim como os itens relativos à eventual *maior vulnerabilidade dos filhos a situações de abuso sexual* e influência na *orientação sexual dos filhos*, constituindo-se, desta forma, como os que menos parecem contribuir para o posicionamento de discordância dos participantes.

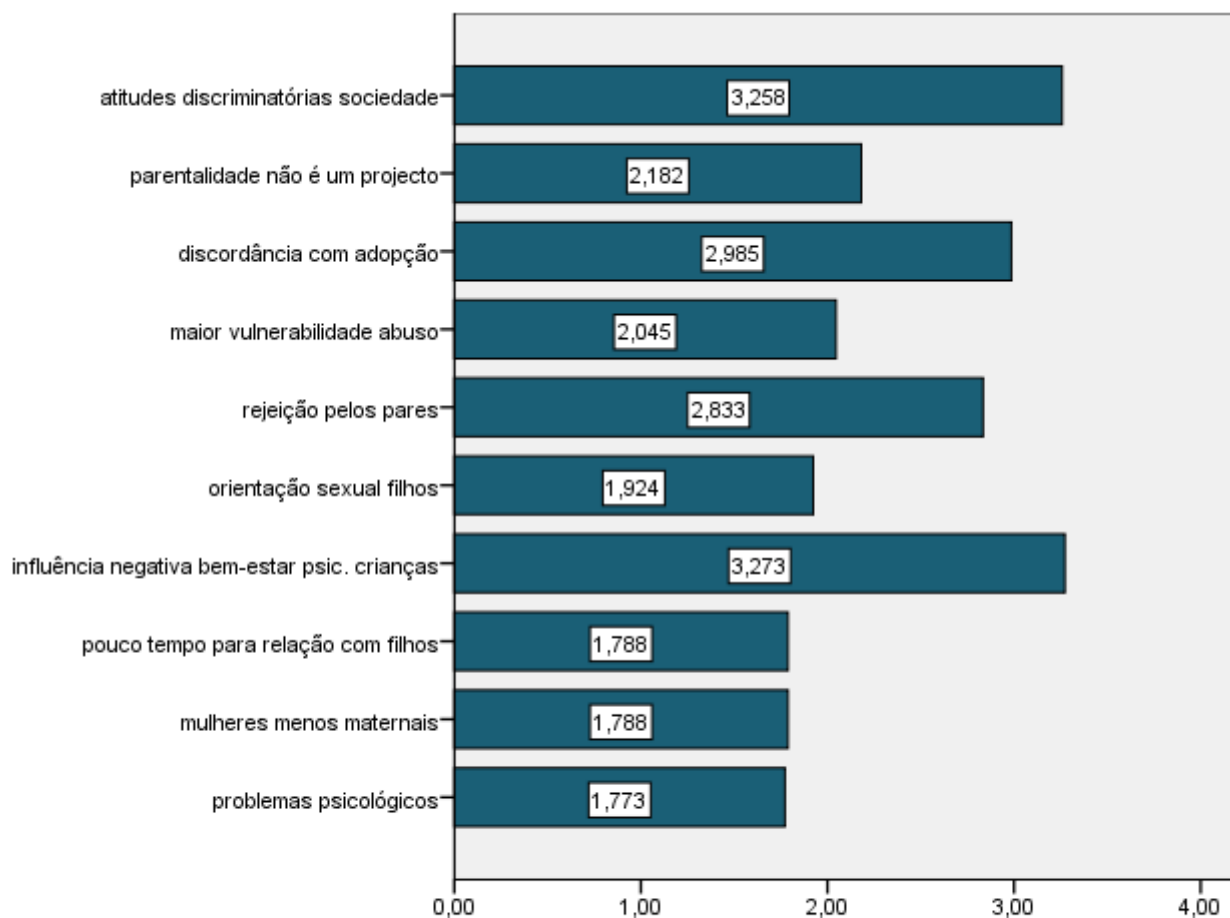


Figura 1: Gráfico das médias obtidas nas preocupações relativas à homoparentalidade.

No que respeita à questão da *adopção por casais homossexuais* - que importa particularizar atendendo à relevância social do assunto - apesar de tanto os sujeitos do sexo feminino como os do sexo masculino revelarem uma posição de desacordo (Geral $2,99 \pm 0,08$; Feminino $2,76 \pm 0,80$; Masculino $3,21 \pm 0,74$), verificaram-se diferenças estatisticamente significativas, com os sujeitos masculinos menos receptivos ($U=350,5$; $p=0,015$), o que vem ao encontro do já constatado anteriormente. Nas variáveis Curso, Idade e Urbanidade não se verificaram diferenças.

Por último, considerando o score médio global, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em função do Género (Masculino $24,80 \pm 3,86$ e Feminino $22,70 \pm 3,96$), sendo que o masculino se mostrou menos tolerante no que respeita ao exercício da parentalidade por pessoas homossexuais ($t(68) - 2.121$, $p=0,038$.) (Quadro 6). O mesmo não aconteceu nas variáveis Curso, Idade e Urbanidade.

Quadro 6 - Médias e desvios-padrão no score global relativo às preocupações no que concerne à homoparentalidade em função do Género, Curso, Idade e Urbanidade

Variável	Nível	N	Média	DP	t	p
Género	Masculino	24	24,80	3,86	-2,121	0,038
	Feminino	46	22,70	3,96		
Curso	ES	47	23,49	4,21	-0,049	0,961
	DAF	28	23,54	3,58		
Idade	Mais novos	40	23,05	3,89	-1,082	0,283
	Mais velhos	34	24,06	4,09		
Urbanidade	Aldeia	40	23,83	3,97	0,824	0,413
	Vila/Cidade	34	23,06	4,01		

CONCLUSÕES

Reflectindo sobre os resultados encontrados neste estudo começa-se por realçar o facto da maioria dos participantes ter revelado uma posição de desacordo no que concerne à igualdade de circunstâncias entre homossexuais e heterossexuais no que diz respeito ao exercício da parentalidade. Além disso, aquando da exploração das razões/preocupações subjacentes à concordância/discordância dos sujeitos, tanto foram encontrados dados consonantes com a literatura, como é o caso dos aspectos que remetem para a esfera do funcionamento dos pais como pessoas e como progenitores (Paige, 2005) e da ressalva/preocupação com a atitude heterossexista da sociedade (Alarcão, 2006; Gato, Fontaine, & Carneiro, 2010), como foram encontrados dados que não têm uma correspondência com as conclusões da investigação realizada neste domínio, designadamente, a preocupação com a influência negativa no bem-estar psicológico das crianças, manifestada pelos sujeitos discordantes.

Sintetizando agora os contrastes no posicionamento gerados pelos diferentes níveis das variáveis independentes consideradas neste estudo, verificou-se que, e em conformidade com a tendência documentada na literatura (Gato, Leme, & Leme, 2010), os sujeitos masculinos se mostram, de um modo geral, menos tolerantes também nesta matéria. De modo contrário, não se registaram efeitos no que concerne à idade (mais novos/mais velhos), como seria de esperar de acordo com o que concluiu Ferreira (2003). Todavia, deve ressaltar-se, neste aspecto, que a média de idades dos participantes é 24 anos ($\pm 8,6$), não estando representadas faixas etárias “mais velhas” (pelo menos de modo significativo). Foram ainda explorados os efeitos do curso e urbanidade/proveniência, tendo-se registado apenas a influência do curso no score obtido na secção *ii*) do questionário, com os estudantes de ES mais tolerantes do que os de DAF, apesar de se situarem, os primeiros, entre os níveis “Discordo” e “Concordo”. Já os segundos situam-se

claramente no nível do “Discordo”. Este dado assume uma relevância particular neste trabalho na medida em que, como foi já referido, o preconceito heterossexista representa um importante desafio para estas famílias e certamente assumirá sérias proporções se for protagonizado por profissionais da área psicossocial (Gato, Fontaine, & Carneiro, 2010), como é o caso dos futuros Técnicos Superiores de Educação Social que participaram neste estudo.

Neste sentido, e seguindo uma linha de conclusões já assumida noutros trabalhos (e.g., Gato, Fontaine e Carneiro, 2010), faz todo o sentido ler os resultados encontrados neste estudo sob a perspectiva da responsabilidade que as instituições de Ensino Superior deverão assumir no desenvolvimento de competências científicas, técnicas e pessoais nos alunos, sobretudo os futuros técnicos psicossociais, que possam contribuir para o necessário desenvolvimento de atitudes e comportamentos de tolerância e justiça para com todos, independentemente da orientação sexual (Gato, Fontaine, & Carneiro, 2010; Ramalho, 2008), a começar pelos próprios profissionais. Correlativamente, impõe-se a continuidade do estudo da homoparentalidade (Ramalho, 2008), sobretudo em Portugal, onde a reflexão sobre estas famílias é ainda limitada (Gato, Fontaine, & Carneiro, 2010), no sentido de contribuir para um conhecimento fundamentado e mais alargado das suas regularidades e especificidades (Alarcão, 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, M. (2006). *Desequilíbrios familiares: Uma visão sistémica* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto.
- Bayle, J. M., Bobrow, D., Wolfe, M., & Mickach, S. (1995). Sexual orientation of adult sons of gay fathers. *Developmental Psychology*, 31 (1), 124-129.
- Eurobarómetro. (2006). *Eurobarómetro 66. Opinião Pública na União Europeia. Relatório nacional Portugal*. Consultado em Junho 22, 2011, de http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb66/eb66_pt_nat.pdf.
- Eurobarómetro. (2008). *Discrimination in the European Union 2008. Results for Portugal*. Consultado em Junho 22, 2010, de http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_296_sheet_pt.pdf.
- Ferreira, E. (Ed.). (2006). *Actas do Encontro sobre Homoparentalidade. Lisboa 3 de Julho de 2004*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada Edições.
- Ferreira, P. M. (2003). Valores morais: as noções de “certo” e “errado” na transição pós-moderna. In J. Vala, M. V. Cabral & A. Ramos (Org.), *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa* (pp. 95-122). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Gato, J., Fontaine, A.M., & Carneiro, N. S. (2010). Percepção de futuros profissionais de áreas psicossociais sobre o desenvolvimento psicológico de crianças educadas em famílias homoparentais. In *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Universidade do Minho, Portugal. Consultado em Julho 13, 2010, de http://www.actassnip2010.com/conteudos/actas/PsiFam_3.pdf.

- Gato, J., Leme, V., & Leme, A. (2010). *Atitudes relativamente à homossexualidade em Portugal e no Brasil*. Consultado em Junho 23, 2011, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277826273_ARQUIVO_AtitudesrelativamenteahomossexualidadeemPortugalenoBrasil.pdf.
- Long, J. K. (1996). Working with Lesbians, Gays, and Bisexuals: addressing heterosexism in supervision. *Family Process*, 35 (3), 377-388.
- Paige, R. (2005). *Proceedings of the American Psychological Association, Incorporated, for the legislative year 2004. Minutes of the meeting of the Council of Representatives July 28 & 30, 2004, Honolulu, HI*. Consultado em Maio 11, 2010, de <http://www.apa.org/aboutgovernance/council/policy/parenting.aspx> (a ser publicado no Volume 60, número 5 da *American Psychologist*).
- Perrin, E., & Comittee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health. (2002). Technical Report: Coparent or Second-Parent Adoption by Same-Sex Parents. *Pediatrics*, 109 (2), 341-344. Consultado em Outubro 01, 2010, de <http://aappolicy.aappublications.org/cgi/reprint/pediatrics;109/2/341.pdf>.
- Ramalho, V. (2008). *Homoparentalidade: estudo exploratório da adequação do comportamento parental numa amostra homossexual*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.